



Novo 30

PLANO DE GOVERNO

SANTA CATARINA
2023 – 2026

SUMÁRIO

MENSAGEM AOS ELEITORES 04

CONHECENDO OS CANDIDATOS DO PARTIDO NOVO 06

NOSSO GRANDE SONHO: 08

NOSSAS BANDEIRAS: 08

INTRODUÇÃO 09

FINANÇAS PÚBLICAS 10

TRANSPARÊNCIA E DADOS ABERTOS 14

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 16

EDUCAÇÃO 20

SAÚDE 25

Novo 30

PLANO DE GOVERNO

SANTA CATARINA
2023 – 2026

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO 29

INFRAESTRUTURA 33

RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS 34

SANEAMENTO BÁSICO 35

AEROPORTOS 36

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL 36

MEIO AMBIENTE 39

ASSISTÊNCIA SOCIAL 41

CULTURA, ESPORTE E LAZER 43

MENSAGEM AOS ELEITORES

O desejo de criar um futuro com base nas experiências do passado! É sobre esse senso de história, essa compreensão dos caminhos percorridos até aqui, que queremos deixar essa mensagem.

É analisando as experiências anteriores, as bem e as mal-sucedidas, que nosso estado deve fazer um plano de desenvolvimento para o futuro. Não chegamos em um momento dos mais oportunos. Saímos de uma grande pandemia global para um ambiente de inflação descontrolada que corrói a renda da família catarinense. Juros elevados para derrotar a inflação tornam mais difícil empreender, gerar empregos e desenvolvimento. E ainda, demograficamente, uma população mais idosa tende a demandar mais serviços assistenciais do estado.

Ao mesmo tempo, os desafios servem de trampolim para candidaturas políticas populistas, que prometem soluções simplistas para problemas complexos e desafios históricos.

Foi em contextos assim, que já vimos outros estados da federação trilharem o caminho do déficit fiscal e da compra de apoio com gastos

injustificados. Invariavelmente colheram subdesenvolvimento, crises econômicas e piora nos indicadores sociais. Com base nessa lição, criamos um caminho totalmente oposto para o futuro de Santa Catarina!

Neste documento você encontra um diagnóstico e plano de governo feito com a dedicação e respeito que o cidadão catarinense merece! Este plano demandou centenas de horas de especialistas em dez áreas de governo:

**Finanças Públicas,
Transparência,
Desenvolvimento Econômico,
Educação,
Saúde,
Segurança,
Infraestrutura,
Meio Ambiente,
Assistência Social,
Cultura, Esporte e Lazer.**

Além dos especialistas participantes do plano, trouxemos os insights de quem vivencia os gargalos catarinenses dia-a-dia, as associações comerciais, CDLs, e a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, através de seu levantamento "Voz Única".

MENSAGEM AOS ELEITORES

Consolidamos uma análise estratégica, com identificação de problemas, diretrizes de desenvolvimento e, acima de tudo, propostas que tragam mais liberdade ao cidadão, mais eficiência à gestão pública e mais resultado aos serviços prestados.

Buscamos traduzir em uma linha estratégica o atual momento catarinense e o que pode ser feito para trazer o protagonismo e relevância que nosso estado merece. Um plano de governo contrário à prática da política sem resultados, do apoio em troca de privilégios, das tomadas de decisão sem qualquer critério ou evidências, do desrespeito ao dinheiro dos pagadores de impostos.

Esse plano de governo consolida estratégias com base em indicadores, evidências e na identificação das dificuldades enfrentadas pelo catarinense.

Acima de tudo, um plano que tira Santa Catarina do caminho trilhado por unidades da federação que perderam capacidade de se desenvolver e melhorar a vida das pessoas. Porque nosso plano de governo baseia-se na liberdade e propõe abolir os empecilhos criados por governos voltados a impedir a livre-iniciativa. Por fim, esse plano de governo não é como uma promessa de campanha. Ele é factível, ele visa as próximas GERAÇÕES e não a próxima eleição. Este é o plano de governo do NOVO!

Odair Tramontin e Ricardo Althoff



CONHECENDO OS CANDIDATOS DO PARTIDO NOVO

ODAIR TRAMONTIN

Filho de agricultores, Odair Tramontin nasceu em Campo Erê, no Oeste de Santa Catarina, em 1962. Trabalhou na roça lidando com os animais e a vida simples no campo até os 17 anos, quando resolveu ir para a cidade. Começou sua trajetória profissional como servente de pedreiro, também foi frentista de posto de combustíveis, antes de atuar como auxiliar de escritório e comércio.

Fruto da escola pública, passou no vestibular para o curso de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 1987, formou-se



em Direito, fez especialização em Direito Penal, tornando-se Promotor de Justiça com longo e bem-sucedido histórico de combate à corrupção. Foi o primeiro coordenador do Grupo de Atuação Especial e Repreensão ao Crime Organizado (GAECO) de Blumenau, desarticulando organizações e cassando mandatos de políticos que usavam dinheiro público em benefício próprio.

Mestre em Ciências Jurídicas, foi professor na Universidade Regional de Blumenau (Furb) desde 1990, chefiando o Departamento do Curso de Direito. Em 32 anos nas salas de aula, ajudou a formar milhares de jovens. Enquanto no Ministério Público, convivia de perto com as injustiças e distorções de um país com leis brandas, que beneficia o criminoso e dificulta a rotina de quem quer empreender.

Foi aí que resolveu sair da indignação e partiu para a ação. Odair Tramontin teve a sua primeira experiência na política em 2020, quando concorreu ao cargo de prefeito de Blumenau pelo partido NOVO. Ele foi a grande novidade na última eleição, obtendo 22.846 votos, alcançando a terceira posição no primeiro turno com 14,24%. Por apenas 2 mil votos, não passou para o segundo turno.

Depois disso, foi aprovado em um segundo processo seletivo do NOVO para o desafio de ser governador de Santa Catarina. Especialista em administração pública, conhece a máquina estatal e sabe como evitar a corrupção no meio político. Entre as suas principais bandeiras, estão infraestrutura, educação e saúde, além de um estado mais enxuto, que forneça serviços essenciais de qualidade.



RICARDO ALTHOFF

Ricardo Althoff tem 40 anos, é empresário e natural de Criciúma, no sul do estado.

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ricardo fez estágio na França na École Supérieure des Affaires de Grenoble. O candidato tem mestrado em administração de empresas pela University of Manchester, Inglaterra, e atualmente cursa o mestrado em Economia pela Omma-Madrid na Espanha.

Originário do setor supermercadista catarinense, Althoff é vice-presidente para a região Sul da Associação Catarinense de Supermercados.

Em sua primeira participação em um pleito eleitoral, o candidato demonstra as suas motivações para a política:

“Vivemos um momento importantíssimo na trajetória de Santa Catarina.

Um momento de escolha entre dois modelos de estado distintos. Por um lado, temos a chance de honrar a veia empreendedora do catarinense, solidificando um modelo de estado que, através da liberdade econômica, gera desenvolvimento social e qualidade de vida. Mas antes, precisamos banir as tensões divisionistas, a irresponsabilidade fiscal e o populismo eleitoral. Esse modelo, sempre que implementado, gerou crises econômicas e sociais. Nosso governo, com o partido NOVO, reunindo homens e mulheres de todas as esferas da vida que compartilham a crença na liberdade, será o guardião da prosperidade do povo catarinense!”

1- NOSSO GRANDE SONHO:

"Tirar poder dos políticos e transferir o poder para as pessoas, para que sejam capazes de criar um estado próspero, empreendedor, simples e livre."

2- NOSSAS BANDEIRAS:

1. OPORTUNIDADES para que nós Catarinenses possamos trabalhar, empreender e viver cada vez mais e melhor.

2. EDUCAÇÃO de qualidade e conhecimento para que os jovens possam construir seu futuro em um mundo que está em constante transformação.

3. RESPEITO À VIDA E SEGURANÇA para todos os cidadãos.

4. SAÚDE ACESSÍVEL com um novo modelo que trate a todos com dignidade e igualdade, com foco na prevenção.

5. REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL como um caminho para a cidadania plena e fim da pobreza, tratando a todos como iguais e respeitando suas histórias.

6. QUALIDADE E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA com ética e transparência, sem privilégios e sem corrupção.

7. GOVERNO RESPONSÁVEL, SIMPLES E DIGITAL, que funcione para o cidadão, para o trabalhador e para o empreendedor.

8. RESPONSABILIDADE COM AS FUTURAS GERAÇÕES, com foco na sustentabilidade e um ambiente de negócios moderno, indutor do desenvolvimento e do empreendedorismo.

9. UMA GESTÃO PROTAGONISTA, sem transferência de responsabilidade, que corresponda ao esforço diário dos catarinenses, que têm sangue empreendedor nas veias e fazem do nosso estado um modelo de desenvolvimento para o Brasil.

INTRODUÇÃO

A mudança que a gente quer não virá dos políticos que a gente tem!

Devemos parar de procurar um salvador da pátria e passar a assumir o protagonismo da mudança que queremos. Cada um de nós é o salvador que a pátria precisa e ninguém melhor que nós para saber o que precisamos e como podemos promover a mudança.

Somos focados na geração de oportunidades e em resultados reais, não na criação de privilégios para algumas classes. Precisamos de uma sociedade simples e livre, onde todos tenham acesso a educação de qualidade e possam, com base no seu esforço e dedicação, se desenvolver e conquistar seus projetos.

Vamos trabalhar para desenvolver uma sociedade próspera, que valorize o sucesso, sem vitimismo, sem desculpas e sem transferência de responsabilidade. Vamos compreender que não precisamos do Estado para ajudar o próximo. Ajudar? Só depende de nós fazer algo que promova a mudança na vida daqueles que mais necessitam. Vamos combater a pobreza sem assistencialismo, focando na liberdade para o cidadão empreender promovendo emprego e renda, garantindo liberdade com responsabilidade.

Vamos entender que o cidadão não precisa de um estado grande porque é pobre, ele é pobre justamente por ter um estado grande. Estado este que concentra renda e beneficia "os amigos do rei", sempre às custas da maioria silenciosa.

Vamos propor um estado menos intervencionista, com menos impostos e menos burocracia. Com mais inteligência, eficiência e eficácia. Ninguém melhor do que cada cidadão para saber a melhor forma de gastar o seu dinheiro.

Vamos discutir mais ideias e menos pessoas, especialmente quando se trata do debate político e ideológico. Qualquer embate é construtivo, desde que seja feito no campo dos princípios e valores. Vamos avaliar as pessoas, especialmente os políticos, pelo que fizeram ou fazem, não pelo que dizem, prometem ou por suas intenções. Foco em resultado. Vamos evitar os atalhos. Eles têm custo elevado, que sempre é

cobrado mais à frente. Temos que fazer o certo, sempre, mesmo que pareça mais difícil e mais demorado. Mesmo que ninguém esteja fazendo. Este é sempre o melhor caminho.

Vamos dar um novo significado ao "jeitinho brasileiro". Queremos que ele represente o trabalhador que acorda cedo, que se esforça e que, independente de quanto o Estado atrapalha, tem forças para produzir, para empreender e para sorrir ao final do dia. O brasileiro que não desiste.

Vamos participar e dar um novo significado para a política brasileira. Vamos fazer política sem troca de favores, sem venda de votos, sem perguntar para o candidato o que iremos ganhar. Vamos fazer escolhas conscientes.

Vamos fazer um Novo jeito de governar, igual Romeu Zema fez e continua fazendo em Minas Gerais e Adriano Silva está fazendo à frente de Joinville, a maior cidade de Santa Catarina.

FINANÇAS PÚBLICAS

Santa Catarina é um estado rico por natureza e precisamos que o estado não atrapalhe o desenvolvimento que é promovido pelos catarinenses!

VISÃO DE LONGO PRAZO

Ser um estado com responsabilidade fiscal, líder em liberdade econômica, que valoriza as iniciativas empreendedoras, e foca na prestação de serviços de saúde, educação e segurança ao cidadão.

OBJETIVOS

Proporcionar um ambiente de liberdade econômica que impacte positivamente na criação de empresas e geração de empregos em Santa Catarina, além de proporcionar condições para o servidor público se sentir realizado na prestação de serviços à população.

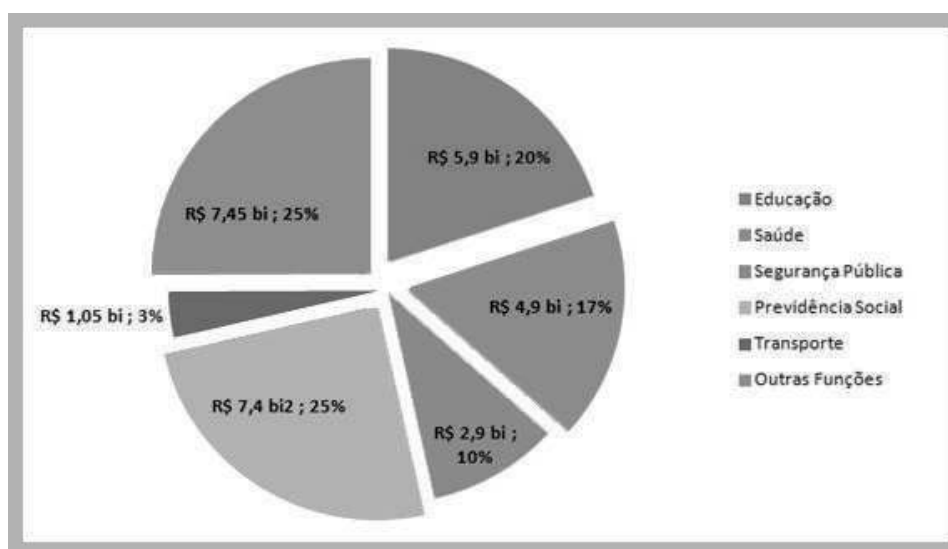
CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Somos cerca de 7,3 milhões de catarinenses (IBGE) espalhados por 6 mesorregiões, cada qual com sua particularidade econômica, climática, social e cultural. Nosso Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, é o terceiro maior do país.

Somos o estado que menos depende de programas sociais do governo federal: Temos 2.350.000 trabalhadores ativos e apenas 180.000 dependentes de programas sociais. O índice de pobreza em SC também é o menor do Brasil: 1,7% da população vive abaixo da linha internacional da pobreza.

Além disso, somos um estado que transfere renda para os outros estados do país. De cada R\$ 100,00 enviados à União, apenas R\$ 20,00 retornam para Santa Catarina.

Embora sejamos um estado de grande produção, não podemos esquecer que há um governo faminto que devora nossas riquezas! Em 2021, as despesas totais do setor público somaram R\$ 33,75 bilhões, sendo que R\$ 29,7 bilhões foram despesas exclusivamente do poder executivo. As despesas do poder executivo são assim distribuídas:



Previdência, educação e saúde são os desembolsos de maior representatividade do poder executivo.

Aqui vale destacar que, dentre todos, a previdência é o único desembolso que cresce anualmente e que pode, no médio prazo,

comprometer a capacidade do estado em manter seu nível de investimento e pagamento das despesas correntes. Nesse ritmo e considerando potencial queda na arrecadação, o gasto com a folha de pagamentos tende a ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além do aumento relevante nas despesas correntes, SC deve perder cerca de R\$ 5 bilhões de receita a partir dos próximos anos, quando as alíquotas do ICMS de energia, telefonia e combustíveis forem reduzidas em atendimento ao decidido pelo STF e à lei federal que passou a considerar os combustíveis como bens essenciais, portanto tributáveis até no máximo 17%.

Esse movimento de queda das receitas e aumento das despesas influencia a capacidade de investimentos do estado. Aliás, historicamente, aumentos de receita são rapidamente consumidos por aumentos em igual ou maior proporção por despesas correntes.

Assim, entendemos que a capacidade de desenvolvimento do nosso estado depende, necessariamente, do controle dos gastos públicos. Deve-se objetivar a sustentabilidade orçamentária para garantir a prestação dos serviços públicos e os investimentos necessários para que Santa Catarina continue prosperando.

Além disso, é preciso pensar em políticas que permitam ao cidadão, produtor de riquezas, ficar com uma parcela maior da renda que ele mesmo gerou, diminuindo o lapso entre a riqueza produzida e a renda disponível.

A consequência imediata dessa política é um maior consumo, que estimulará ainda mais a produção e a prosperidade, num ciclo constante de desenvolvimento socioeconômico.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Estudar qual o melhor modelo de privatização e concessão de serviços de empresas e autarquias públicas, diminuindo o passivo estadual e melhorando a capacidade de investimento em Santa Catarina;

- Reduzir o número de secretarias de governo;
- Fazer uso de processos seletivos para escolha de cargos de liderança, incluindo secretarias de Estado, com acompanhamento bimestral e avaliação de desempenho;
- Incentivar o controle permanente de custos como política de Estado, buscando mecanismos de modernização da máquina visando o aumento da eficiência e economicidade;
- Analisar a possibilidade de implementar um teto de arrecadação tributária, devolvendo o excedente a população em forma de redução de impostos;
- Realizar estudos para avaliar a pertinência e os critérios de concessão de incentivos fiscais, visando promover mais equidade;
- Revisar a política estadual de tributação, visando a redução de disparidades e a promoção de um ambiente mais livre e menos tributado;
- Buscar junto ao Governo Federal uma solução para a revisão dos limites de enquadramento do Simples;
- Articular junto à ALESC e ao TCE a aplicação, no âmbito dos municípios, da lei de dispensa de alvarás para atividades de baixo risco;
- Avaliar e monitorar constantemente o desempenho da gestão pública, criando políticas de bonificação aos servidores públicos por mérito e eficiência;
- Fazer uso intensivo de tecnologias e processos para desburocratizar e digitalizar a gestão;
- Desenvolver uma área multidisciplinar responsável pelo monitoramento e captação de recursos federais e créditos privados para execução de projetos estratégicos em segurança, infraestrutura e educação;

- Desenvolver programa para maior repasse tributário à municípios que compartilhem dados de gestão na área de educação, saúde, assistência social e segurança.

TRANSPARÊNCIA E DADOS ABERTOS

Uma política de transparência e dados abertos permite maior controle e participação da sociedade no governo, e é isso que queremos para SC!

VISÃO DE LONGO PRAZO

Fazer com que o estado de Santa Catarina seja reconhecido nacionalmente pela transparência ativa, através da fácil acessibilidade de todos os dados públicos do governo, incentivando os cidadãos catarinenses a fiscalizarem e participarem das decisões públicas.

OBJETIVOS

Garantir fácil acesso a todos os dados e informações públicas do governo para qualquer cidadão, buscando atingir a nota máxima do ranking de transparência dos estados, realizado pela Controladoria Geral da União, além de cumprir integralmente com o Plano de Ação SC Governo Aberto.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Acreditamos que um dos principais fundamentos da democracia é a transparência pública, pois é com ela que os indivíduos podem acompanhar como estão sendo destinados seus impostos, podendo inclusive ampliar a participação nas decisões que afetam suas vidas. Colocar a transparência como uma das prioridades no Governo de Santa Catarina é uma forma de incentivar maior eficiência da máquina pública e ajudar no combate à corrupção, já que permite maior fiscalização por parte da sociedade civil.

Se o catarinense estiver bem informado, ele vai poder cobrar melhor

seus direitos, como um bom atendimento na saúde, escolas mais equipadas e uma infraestrutura adequada com as reais necessidades do estado. Dar mais transparência aos atos administrativos é a melhor forma de contribuir com o aumento do controle social, possibilitando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos por parte da população. Um outro ponto importante é que, ao melhorar os índices de transparência, aumentamos também a confiança da sociedade no governo, trazendo maior credibilidade e respeito para a administração.

E é justamente pela preocupação que temos com o dinheiro dos pagadores de impostos que a gestão irá colocar a transparência pública como prioridade. Essa prática já está sendo provada pelo exemplo dos mandatários do partido NOVO tanto no Poder Executivo como no Legislativo por todo Brasil, provando que é possível desempenhar uma política transparente, com participação social e uma ampla adoção de accountability.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Combate permanente à corrupção;
- Fortalecer a atuação da Controladoria-Geral do Estado na prevenção da corrupção e aumento da transparência mediante a implantação de medidas preventivas;
- Propor uma plataforma digital exclusiva e facilitada para pedidos de informações públicas, garantidos pela Lei Federal 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação Pública);
- Promover maior divulgação, monitoramento e controle social ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027;
- Adotar um Plano de Integridade, baseado em compromissos de compliance e accountability, para todos os cargos estratégicos do Governo, como secretários, diretores, gerentes, entre outros de nomeação direta do Governador;
- Promover ações e programas de marketing voltados a estabelecer maior participação social dos catarinenses,

fortalecer a cultura de intolerância à corrupção e de medidas adotadas para a transparência pública no Governo do Estado;

- Fomentar políticas de incentivos aos municípios que tenham órgãos de controle interno efetivamente funcionando;

- Garantir uma ampla prestação de contas semestral das atividades e ações de cada Secretaria de Estado;

- Elaborar manual de utilização de dados abertos, voltados para o controle e participação social, em linguagem leiga e atualizados regularmente.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Estado não gera empregos e o indivíduo é o único gerador de riqueza em uma sociedade, sendo que o Estado deve promover ações que reduzam o peso do governo na livre iniciativa.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Ser um estado com matriz econômica baseada em produtos e serviços de alto valor agregado, que permita o desenvolvimento e fortalecimento da economia com baixa dependência e interferência do estado.

OBJETIVOS

Proporcionar um ambiente de liberdade econômica que impacte positivamente na criação de empresas e geração de empregos, além de proporcionar a melhor infraestrutura para o desenvolvimento dos negócios.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Santa Catarina é um estado rico, com os empreendedores fazendo da

nossa economia a 6º (sexta) maior do Brasil, com um PIB de R\$ 398 bilhões em 2021.

Mas, é importante perceber que quase a totalidade das empresas é composta por micro empresas e que estas têm demandas específicas do estado para o seu desenvolvimento. Em especial são impactadas pela segurança e infraestrutura, além da necessidade de mão de obra qualificada para contratação.

Porte	Número
Micro	194.000
Pequena	25.000
Grande	2.000

Porém, apenas 47,39% dos trabalhadores têm Ensino Médio completo e 7,45% têm ensino médio incompleto.

Assim, constituir um plano de ensino alinhado com as demandas de mercado e da nova economia é fundamental para garantir que o estado permaneça competitivo quanto à qualidade da mão de obra. O PIB de Santa Catarina é composto, em sua predominância, pelo setor de serviços, sendo a qualidade dos profissionais fundamental para a prestação do bom atendimento.

Além da educação, que é um dever do estado, é importante destacar outra atuação estratégica para o desenvolvimento econômico: a Infraestrutura, fundamental para o turismo, logística, e comércio exterior.

Santa Catarina tem intenso comércio com outros países, contribuindo para geração de emprego e renda, além de arrecadação para o estado. Cabe destacar que as exportações estão concentradas no agronegócio, em especial carne de aves e suínos, além de soja. Esses três itens representam quase 35% da pauta de exportações do estado, conforme dados da FIESC.

Considerando que a produção da agroindústria é mais fortemente representada na região do Meio Oeste e Oeste catarinense, com grande distância de deslocamento até os portos, é fundamental pensar na infraestrutura como pauta de desenvolvimento. A

logística compõe importante parte do custo desses produtos, uma vez que não são itens de grande valor agregado e, por isso, têm sua competitividade prejudicada no mercado externo.

Por fim, o turismo representa 12% do PIB de Santa Catarina e tem forte dependência de serviços públicos de qualidade, como a segurança e a infraestrutura e, em especial, o saneamento para o turismo litorâneo. Além disso, o setor de turismo também é impactado pela qualidade da mão de obra. Sendo a educação, outro importante serviço prestado pelo estado de Santa Catarina.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Avaliar e simplificar leis, normas e regulamentos, revogando todas que sejam obstáculos ao desenvolvimento, garantindo a análise de impacto regulatório antes de sancionar novas leis;
- Promover um ambiente regulatório que resulte em segurança jurídica e ambiente de negócios para empresas que buscam oportunidades de investimento em Santa Catarina, facilitando o trabalho e o livre mercado;
- Promover a atração de serviços de alto valor agregado para Santa Catarina, em especial nas áreas de saúde, tecnologia e finanças, elevando a base de contribuição do ISS e dotando os municípios de maior autonomia de receita;
- Promover um ambiente ao empreendedor em parceria com o sistema S, associações comerciais e empresariais do estado para atendimento das principais demandas da classe;
- Promover, em todas as decisões do governo, amplas oportunidades aos setores da economia, sem seleção de setores ou privilégios. Todos devem ser tratados como iguais;
- Promover fiscalização orientativa e educativa, não apenas a punitiva.
- Simplificar tributos, taxas, contribuições e licenças que

sejam necessárias para o cidadão empreender;

- Ser um facilitador e não um complicador de iniciativas empreendedoras;
- Compartilhar responsabilidades junto com agentes econômicos privados, buscando parcerias para soluções de problemas do dia a dia;
- Promover Santa Catarina em feiras de negócios, ambientes virtuais e profissionais, buscando atrair a instalação de empresas e geração de empregos;
- Incentivar ao uso sustentável de áreas verdes, incluindo a concessão de Parques e Reservas;
- Apoiar as atividades extrativistas de Santa Catarina, promovendo a sustentabilidade ambiental e dos negócios;
- Desenvolver programa para recuperação do trade turístico de Santa Catarina, pautado em crédito, infraestrutura, qualificação e promoção do turismo;
- Incentivar, em parceria com os municípios, o alargamento das faixas de areia do litoral de Santa Catarina;
- Manter severo programa de controle da balneabilidade das praias, com planos de contenção para eventos de perda de balneabilidade;
- Criar rotas turísticas em parceria com prefeituras e empresas locais;
- Desenvolver ecossistemas de empreendedorismo e inovação, promovendo apoio às pequenas e médias empresas inovadoras e com uso intensivo de tecnologia;
- Desenvolver programas de infraestrutura e negócios para contemplar o crescimento sustentável do agronegócio e agricultura familiar em Santa Catarina.

EDUCAÇÃO

Se o investimento em educação não for eficiente, Santa Catarina fica em risco de não ter empreendedores e mão de obra qualificada para a nova economia. Atualmente, estamos comprometendo nosso desenvolvimento de longo prazo.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Transformar Santa Catarina em referência nacional no ensino médio, proporcionando aos alunos o conhecimento necessário para desenvolverem visão crítica, conhecimentos e competências para uma nova economia.

OBJETIVOS

Garantir aos professores um ambiente técnico para exercício da profissão, sem interferência política e com metodologias e instrumentos de aprendizagem que resultem em melhores notas no IDEB e aprendizagem do aluno do ensino médio.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Entendemos que o ato de ensinar é uma ciência e, por este motivo, deve ser constantemente aprimorado e sempre deve estar em evolução. Além de ciência, ensinar é um serviço e, também por este motivo, deve ser objeto constante de treinamento, avaliações e incentivos conforme desempenho.

Nós acreditamos que somente o investimento em educação é capaz de reduzir, de maneira sustentável, as desigualdades sociais do país, pois a educação é a base de uma vida cidadã e a porta de entrada para a vida profissional.

Somente a educação pode proporcionar as ferramentas necessárias para a mobilidade social dos catarinenses mais desprovidos.

Embora sejam as prefeituras as responsáveis pela formação dos

primeiros anos do aluno, é o governo do estado o responsável pela preparação desse aluno para a vida empreendedora ou laboral.

Em nosso estado existem aproximadamente 255.000 alunos matriculados no ensino médio, com grande parte deles no ensino público, que responde por 86% desse montante.

O governo do estado dispõe de aproximadamente 19 mil professores, sendo que 92% deles têm grau superior completo, demonstrando que nossos professores são capacitados.

O investimento total no ensino público estadual foi de R\$7,7 bilhões em 2021. Descontando o orçamento da UDESC, o valor investido total na educação é de aproximadamente R\$ 6,9 bilhões em 2021.

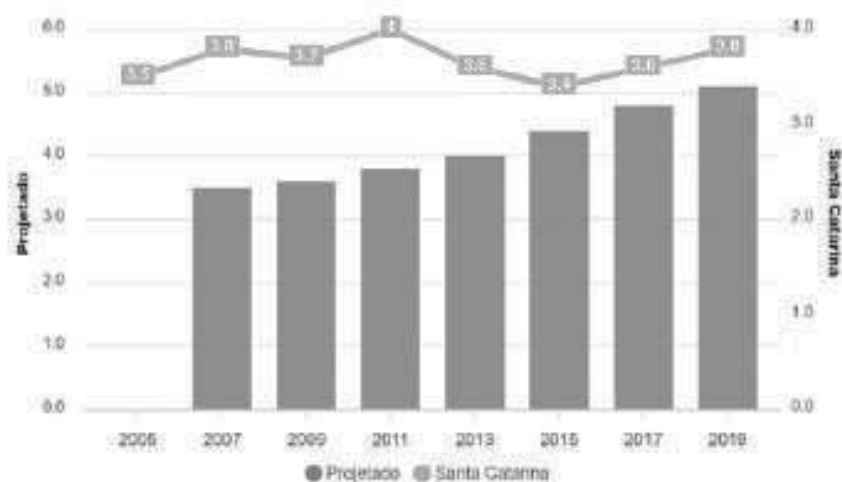
Considerando o número total de matrículas e o investimento acima, obtemos uma média de aproximadamente R\$12.440 investidos anualmente por aluno da rede pública.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do ensino fundamental, primeiros anos, é de 5,9. O IDEB dos anos finais é 4,5 e o ensino médio tem IDEB de 3,8.

Mas, é importante destacar que o estado é, praticamente, o único fornecedor de serviço de educação para o ensino médio, então a estratégia e atenção ao ensino médio deve, também, ser especial. O valor investido anualmente no aluno do ensino médio da rede pública estadual é de aproximadamente R\$ 5.700,00. Considerando a rede privada de ensino de Santa Catarina, a média de investimento anual para o ensino médio é de R\$ 9.900, mas um IDEB de 6,2. Como podemos avaliar no gráfico abaixo, a projeção do IDEB para 2019 era 5,1, mas fechou em 3,8. Ou seja, 25% abaixo da meta projetada.

Ademais, é importante perceber que estamos desde 2007 estacionados na mesma nota do IDEB, demonstrando total falta de gestão sobre este que é o principal indicador da qualidade do ensino.

Evolução do IDEB



E ainda, a cada 100 alunos, 20 não são aprovados no ensino médio. São 20 jovens que atrasam o seu desenvolvimento e, quando há necessidade de entrada precoce no mercado de trabalho, acabam aceitando empregos que exigem baixa capacitação e, consequentemente, fomentam o ciclo da baixa renda.

Em Santa Catarina, na rede pública estadual do ensino médio, 26 de cada 100 crianças têm atrasos de 2 anos ou mais na relação entre a série que estão cursando e sua idade. O Planalto Serrano e a Grande Florianópolis são as regiões com piores indicadores de taxa de distorção da Série - Idade. As regiões Oeste e Extremo Oeste têm os melhores indicadores.

O ensino médio é diretamente afetado pela educação de base, o que reforça a necessidade do estado apoiar projetos e iniciativas de municípios que melhorem a qualidade da educação infantil e fundamental.

É importante destacar que a qualidade da educação pública em Santa Catarina pode comprometer nosso desenvolvimento a longo prazo, pois estamos caminhando para a economia do conhecimento, da Indústria 4.0, onde os trabalhadores deverão ter funções intensivas em conhecimento.

O destino da próxima década na educação está nas mãos do próximo governador. Em 2015 foi aprovado o Plano Estadual de Educação (PEE/SC) 2015/2024, e o novo governo precisa iniciar, ainda em 2023,

o desenvolvimento do PPE 2025/2034.

O Novo Plano Estadual de Educação deve reforçar pontos importantes e estratégicos para o ensino médio, em especial:

1. Oferta adaptada à infraestrutura das escolas;
2. Modelo pedagógico que valoriza as questões sócio-econômicas locais;
3. Alinhamento do ensino médio com as demandas de mercado;
4. Educação à distância, em especial para Ensino de Jovens e Adultos;
5. Carga horária privilegiando o ensino e a experiência do aluno;
6. Professores com formação profissional específica.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Privilegiar o repasse de ICMS aos municípios que apresentam melhor evolução do IDEB Municipal;
- Institucionalizar uma política de incentivo ao mérito, incluindo premiações por desempenho;
- Blindar a secretaria de educação das interferências de políticas partidárias e enfrentar culturas e atitudes que não favorecem a educação por meio de uma aprimorada gestão técnica da secretaria;
- Promover cursos de formação complementar aos professores na área de metodologia de ensino e instrumentos de aprendizagem, compensando as deficiências da prática pedagógica do ensino superior brasileiro;
- Monitorar bimestralmente a aprendizagem de todos os alunos da rede pública, corrigindo em tempo dificuldades de aprendizagem;
- Planejamento de longo prazo com base curricular pautada no desenvolvimento de competências para a nova economia e papel do cidadão na sociedade;
- Proporcionar a vivência dos alunos em empresas e indústrias de suas regiões, expandindo sua visão de mundo e convívio

social;

- Identificar e estimular projetos extracurriculares que tenham relevância para a unidade escolar e a comunidade envolvida;
- Capacitar o aluno para um pensamento crítico em matemática, conhecimento que é base não apenas para vida profissional, mais também para seu dia a dia;
- Detalhar os currículos das disciplinas do ensino médio, focando, detalhando e especificando tudo que o adolescente precisa dominar em cada ano de estudo;
- Garantir aos professores a formação adequada para ensinar os alunos em suas respectivas séries e conhecimentos;
- Garantir que os livros didáticos estejam totalmente alinhados com a base curricular e os objetivos de aprendizagem para cada uma das séries;
- Aproximar o aluno do ensino médio da vivência profissional por meio de convênios com associações empresariais, aplicando na prática conhecimentos adquiridos;
- Aproximar professores e empresas, tornando menor a linha que separa a teoria da prática;
- Proporcionar ao aluno do ensino médio acesso a conhecimentos básicos em finanças, direito e contabilidade, além de desenvolver habilidades relacionadas à autoconsciência, autogestão, relacionamentos e tomada de decisões responsáveis;
- Valorização da atuação do coordenador pedagógico, com canal direto com técnicos em educação da secretaria;
- Promover cursos de gestão de unidades de educação para candidatos a diretor e coordenadores pedagógicos;
- Permitir a abertura de unidades escolares nos finais de semana e feriados, disponibilizando a estrutura para

atividades esportivas, lúdicas e culturais, promovendo a integração família/escola e oferecendo opções de entretenimento e de aprendizado aos interessados;

- Avaliar a possibilidade de terceirização da gestão escolar por meio de Organizações Sociais, iniciando pelas unidades com pior desempenho do estado;
- Desenvolver estratégias pautadas em metodologias ativas para reduzir a evasão escolar;
- Fornecer bolsas em escolas particulares, em especial no contraturno, viabilizando um ensino em tempo integral;
- Promover ações transversais com as áreas de saúde e assistência social para garantir ao aluno condições de aprendizagem;
- Promover um currículo e plano de ensino claro e atualizado, que seja focado no que o aluno realmente precisa aprender durante seu processo de desenvolvimento;
- Ampliar a oferta de vagas nas escolas de tempo integral;
- Combater a evasão escolar, em especial do ensino médio, por meio de parceria com empresas para oferta de estágios aos alunos que demandam renda complementar familiar.

SAÚDE

Garantir acesso a saúde para os catarinenses é uma missão que está nas prioridades do nosso governo. Chegaremos nessa objetivo com parcerias público-privada sem a necessidade de aumentar impostos.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Prestar um serviço humanizado de excelência, com ampla cobertura de atendimento em serviços de prevenção, manutenção e recuperação da saúde.

OBJETIVOS

Garantir alto grau de resolutividade das demandas em saúde da população, aliado à busca constante por eficiência e redução de custos para a sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

A área da saúde e seus profissionais foram fortemente impactados com a pandemia, em especial aos profissionais alocados nos hospitais. Além do desafio do combate à pandemia, os profissionais também precisaram adiar atendimentos e procedimentos, o que causou uma grande demanda reprimida por serviços de saúde em Santa Catarina.

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, apesar de ser um direito universal, não consegue atender a todos em iguais condições.

Os serviços podem até ser "gratuitos", mas os recursos são inevitavelmente limitados. Isso faz com que a oferta dos serviços médico-hospitalares sejam insuficientes e escassos para responder às demandas da população, criando dificuldades na realização de cirurgias, consultas e exames, e afetando diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Por exemplo, a fila de espera atual de cirurgias eletivas, um dos maiores gargalos atuais do sistema, por região encontra-se assim:

- Grande Florianópolis: 30.102;
- Nordeste/Planalto Norte: 18.054;
- Vale do Itajaí: 13.832;
- Grande Oeste: 12.781;
- Foz do Rio Itajaí: 8.170;
- Sul: 8.108;
- Meio-Oeste: 7.864;
- Serra: 4.064
- **Total 102.975**

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde - 21.07.2022

Para uma melhoria nos indicadores da saúde é fundamental que os catarinenses tenham acesso a procedimentos cirúrgicos, consultas e exames, que nem sempre são atendidos em tempo hábil pelas redes de saúde dos municípios e, por esta razão, são encaminhados aos

equipamentos de saúde do estado. Cabe, portanto, ao estado liderar a transformação estratégica da área da saúde através das iniciativas propostas abaixo.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Liderar a criação de um grupo de governadores com a missão de promover o automático reajuste da tabela de procedimentos do SUS através de indexador pré-definido;
- Buscar institucionalizar repasses fixos mensais da Secretaria de Estado da Saúde para as estruturas municipais (ou regionais) de acordo com o IDSES (parâmetro contínuo e regular de acompanhamento do desenvolvimento dos pólos regionais de saúde a ser institucionalizado) descentralizando recursos em prol da lógica "melhor prevenir que remediar" custeando estratégias e estruturas de prevenção mais próximas do cidadão;
- Implementar núcleo estadual de capacitação em faturamento do Sistema Único de Saúde com meta na otimização dos resultados financeiros por serviços produzidos em estruturas públicas e conveniadas ao SUS em Santa Catarina e organizar estrutura estadual para capacitação de servidores na elaboração, acompanhamento e prestação de contas em projetos de captação de recursos federais (SICONV);
- Promover um programa de demissão incentivada contínuo para estatutários objetivando a renovação do quadro funcional e o equilíbrio do percentual do gasto orçamentário com folha de pessoal;
- Ampliar e difundir serviço de telemedicina, teleconsulta e videoconferência em saúde, diminuindo necessidade de deslocamentos para oferta de serviços especializados;
- Revisar acesso aos hospitais referência (alta complexidade) com entrada apenas através de referenciamento, otimizando assim o alto investimento realizado nessas estruturas

especializadas de atenção e promovendo a orientação sobre o correto acesso ao sistema para a população;

- Avaliar a transferência da gestão de hospitais e demais estruturas de saúde atualmente geridas diretamente pela secretaria de estado da saúde para organizações sociais; visando maior eficiência financeira, operacional e maior qualidade percebida na assistência por parte dos usuários do SUS em santa catarina;

- Ampliar a estrutura de apoio e auditoria da Diretoria de Organizações Sociais (OS's) utilizando servidores com reconhecida experiência na assistência hospitalar e oriundos das unidades hospitalares estaduais para ocuparem a nova função de auditores dos contratos entre estado e OS's;

- Centralizar estruturas e repassar para a empresa contratada através de licitação a gestão integrada da armazenagem e distribuição de estoques materiais e medicamentos da secretaria de estado da saúde com intuito de garantir maior eficiência, agilidade e confiança neste importante braço operacional da assistência em saúde estadual (projeto já existente);

- Criar junto à Central de Regulação de Leitos estadual o Núcleo de Assistência Domiciliar que executará a triagem, direcionamento e acompanhamento de pacientes transferidos dos leitos hospitalares regulares para a modalidade atendimento domiciliar através de equipes multidisciplinares móveis, garantindo assim a oferta de uma atenção segura, humanizada, com menor risco de infecção, redução de custos para o sistema e ampliação dos leitos disponíveis nos hospitais estaduais através da redução do tempo de permanência de pacientes com perfil de continuidade domiciliar nos hospitais estaduais;

- Ampliar a oferta de leitos de UTI geral e específicos para tratamento de queimados adultos e pediátricos em santa catarina através da transformação de estruturas já existentes ou ainda do estabelecimento de convênios com estruturas

hospitalares da rede privada (compra de leitos);

- Estabelecer junto às secretarias de educação, segurança e assistência social um definitivo plano de enfrentamento e disponibilização de estruturas de tratamento para os dependentes químicos catarinenses;

- Atuar no combate aos acidentes de trânsito e traumatismos que impactam fortemente no funcionamento dos hospitais referência em trauma, bloqueando leitos de internação e UTI, saturando centro cirúrgico e cancelando cirurgias eletivas. Trabalho conjunto entre secretarias de Saúde, Segurança e Educação em médio/longo prazo com vistas a diminuir a incidência e, em paralelo, transferir para hospitais de média complexidade casos menos graves liberando leitos e dinamizando outras frentes cirúrgicas.

- Apoio institucional e financeiro para o fortalecimento dos Hospitais Filantrópicos e Municipais através de metas e índices que comprovem a devida contrapartida ao sistema público, evitando assim repasses desvinculados de parâmetros técnicos;

- Atrair instituições de pesquisa em saúde para Santa Catarina.

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

A sociedade é formada por todos os indivíduos, o estado que quer garantir uma sociedade segura precisa garantir o direito à vida, propriedade e liberdade.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Tornar Santa Catarina um estado ainda mais seguro para mulheres, homens e crianças, onde nenhum cidadão tenha receio ou sensação de insegurança, que tenha condições de viver e empreender sem qualquer risco a sua integridade física, moral ou ao seu patrimônio.

OBJETIVOS

Redesenhar as estratégias de segurança pública em Santa Catarina, buscando parcerias com a iniciativa privada e prefeituras, usando um modelo de gestão de segurança baseado em evidências e combatendo as origens da violência.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS:

Santa Catarina é um dos estados mais seguros do Brasil e esse título tem total relação com nosso ambiente cultural e econômico. Somos um estado empreendedor por natureza, temos as menores taxas de desemprego do Brasil, um alto IDH e renda média do trabalhador que equivale a 2,5 salários mínimos.

Todo esse contexto, além da excelente qualidade das nossas forças policiais, contribui para que o estado permita ao cidadão uma sensação de segurança que permita desenvolver suas atividades com maior tranquilidade.

Mas, não podemos esquecer que há sensação de segurança em comparação ao restante do país e não significa que não existam desafios para a segurança.

Não podemos mais tratar os desafios de segurança com o jargão de "bandido bom, é bandido morto", muito menos de classificar o "bandido como vítima da sociedade".

Precisamos tratar o assunto com a atenção que ele merece para que não sejamos reféns, em nossas próprias propriedades, enquanto a violência e desordem se alastram, deixando o estado inseguro e, como tal, um lugar ruim para se viver e empreender.

Esta dinâmica, este círculo vicioso, compromete toda a economia, gerando ausência de empreendimentos, comércios e serviços, em especial o turismo em Santa Catarina, que geram emprego e renda.

Além dos crimes mais comuns, como Roubo, Furto e Latrocínio, Santa Catarina sofre com homicídios. O homicídio permanece

como principal causa das mortes violentas no Estado. No primeiro semestre de 2022 foram registrados homicídios em 35% municípios do Estado, mostrando que não é um evento epidêmico e que pode ser melhor gerenciado com ações pontuais focadas no combate ao crime organizado.

Porém, cabe destacar também o feminicídio. No Brasil, a estatística é de 1,2 mortes para cada grupo de 100.000 mulheres. Já em Santa Catarina, essa taxa é de 1,6 mortes para cada grupo de 100.000 mulheres.

Já o sistema penitenciário, sofre com déficit de vagas. O estado dispõe de 53 unidades prisionais, sendo 5 de cogestão, que totalizam a oferta de aproximadamente 19.700 vagas. Mas, Santa Catarina fechou 2021 com praticamente 23.800 detentos, ou seja, 20% acima de sua capacidade, o que representa um déficit de 4.100 vagas. Santa Catarina é um dos estados com maior população carcerária do Brasil.

E os números não são assustadores apenas em relação ao déficit de vagas, mais também em relação ao custo mensal de cada presidiário para Santa Catarina: no Estado, o custo médio de um detento é de aproximadamente R\$ 3.400 por mês, ou seja, R\$ 40.800 ao ano!

Em termos comparativos, a renda anual do trabalhador catarinense é de R\$ 32.400. São investidos anualmente por aluno da rede pública R\$12.440. Em linhas gerais, o Estado paga 26% a mais para manter um presidiário do que um trabalhador catarinense recebe ou gasta 3x mais para manter um presidiário do que um aluno do ensino médio lhe custa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Parcerias Público privadas para reduzir o déficit do sistema carcerário;
- Promover políticas e ações voltadas para uma maior integração entre as forças de segurança pública, em especial entre as polícias civis e militares;
- Aprimorar o modelo de uso de mão de obra do apenado em

contrapartida a redução de pena e recebimento de salário;
- Definir gestão do sistema prisional com base em critérios técnicos;

- Fortalecer as ações das forças policiais por meio da realização de convênios com a SENASP para aquisição de equipamentos, viaturas e logística;

- Compartilhar dados das secretarias de saúde, educação e assistência social para planejamento de ações em segurança;
- Promover parcerias entre empresas para desenvolver uma política de videomonitoramento nas cidades;

- Identificar os padrões de criminalidade por meio de um mapa com informações relacionadas às principais tipos de crime e horários de ação dos criminosos;

- Promover uso massivo da inteligência para prevenção e combate a criminalidade na em Santa Catarina;

- Aproximar a sociedade das forças de segurança por meio de projetos comunitários e nas escolas;

- Redesenhar a atuação dos CONSEGs com base nas estratégias de prevenção, preservação do patrimônio e combate a criminalidade determinadas pelas forças de segurança;

- Aproximar os agentes de segurança pública junto ao Ministério Público e entidades de Defesa do Cidadão;

- Adotar modelo de gestão de segurança baseado em evidências, com policiamento orientada para problemas que dão origem a criminalidade;

- Promover programas de iluminação pública de qualidade em áreas de alto índice de desordem e criminalidade nas cidades;

- Defender rigidamente a Propriedade Privada, incluindo ações rápidas reintegração de posse quando criminosamente

invadidas;

- Induzir parcerias com sistema S para capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade, permitindo renda por meio da capacitação e da inclusão produtiva;

- Estimular a criação, apoio e aprimoramento de unidades de Bombeiros Voluntários onde sua atuação não existe ou é deficitária;

INFRAESTRUTURA

Qual é o custo Santa Catarina? Quanto custa para os empresários e cidadãos catarinenses a má gestão das rodovias, falta de investimento em ferrovias e escoamento da produção?

O foco do governo tem que ser em facilitar que os indivíduos gerem empregos e renda, não mediremos esforços para isso.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Fomentar a formação de corredores logísticos modernos em parceria com a iniciativa privada, a fim de garantir a continuidade dos investimentos necessários à modernização das rodovias, ferrovias e hidrovias para a garantia do desenvolvimento econômico e da segurança dos usuários.

OBJETIVOS

Conceder rodovias estaduais à gestão privada. Articular com o Governo Federal a concessão da malha federal no estado de Santa Catarina e estados limítrofes. Agir como facilitador na autorização para instalação e operação de ferrovias no estado de Santa Catarina no âmbito do Novo Marco Ferroviário. Formar uma força tarefa para elevar a captação e tratamento de esgoto em todo o estado.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Apesar de ocupar pouco mais de 1% de todo o território nacional, o

estado de Santa Catarina possui desafios geográficos que demandam uma maior atenção em infraestrutura. Além das questões geográficas, o estado também é um grande produtor e escoador de bens, dos quais a produção agropecuária merece uma atenção especial.

A produção industrial, responsável por 52% do PIB estadual, se concentra mais na região norte e nordeste do estado, próximas aos principais portos. Já a região agrícola, embora possua uma participação menor no PIB (13,6%), é de extrema importância social, pois emprega milhares de famílias e produz alimentos para milhões de pessoas em SC, no Brasil e no mundo.

RODOVIAS, FERROVIAS E PORTOS

Assim como em todo o país, a maior parte da produção do estado escoada pelas rodovias. O estado ainda não priorizou uma estratégia de utilização de malhas ferroviárias e não possui grandes rios navegáveis capazes de escoar a produção das regiões oeste e extremo oeste para o litoral.

Embora o Novo Marco Ferroviário tenha sido aprovado recentemente, as rodovias continuarão sendo a principal via de escoamento da produção do estado para as demais regiões do país e para os portos.

Aí começam os problemas: atualmente, Santa Catarina possui algumas das piores rodovias do país, tanto sob gestão estadual quanto sob gestão federal. O governo do estado não investe em manutenção e novas rodovias, ou duplicações, na medida da carência de investimentos, e tem repassado recursos para que a União faça investimentos nas rodovias sob sua gestão.

As rodovias atuais são entraves para o desenvolvimento econômico do estado e geram perdas irreparáveis para o cidadão, incluindo perdas de vidas.

Um estudo da FIESC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina comprovou as perdas produtivas para o catarinense. Os custos logísticos das empresas em SC totalizam 14% do seu faturamento. No Brasil, esse valor alcança 11,73% e no mundo, 8%.

Outro dado que chama a atenção, são os custos sociais dos acidentes em SC: de 2005 a 2015, foram cerca de R\$ 21,5 bilhões entre custos diretos e indiretos, como despesas hospitalares, danos à propriedade, reabilitação, policiamento, impacto familiar, etc. São vidas e recursos perdidos por conta da má condição das estradas.

A situação nas rodovias federais não é diferente. As únicas rodovias sob concessão no estado (BRs 101 e 116), embora sejam consideradas em boas condições de tráfego e manutenção, carecem de mais investimentos. O projeto do anel viário já está há mais de uma década atrasado. De acordo com a iniciativa "Monitora FIESC", 29% das obras nas rodovias federais estão com o prazo expirado; 59% estão com o andamento comprometido, e apenas 12% em andamento. As BRs 280, 282 e 470 são as que mais apresentam problemas nas execuções dos projetos.

Há um estudo de viabilidade de implantação de uma ferrovia conectando o Oeste aos portos. A Fiesc também aponta a construção de modais ferroviários conectando os principais portos como um desafio a superar para aumentar a produtividade do estado.

Já os portos não são atualmente o maior gargalo logístico em Santa Catarina, mas podem se tornar quando o gargalo rodoviário for resolvido. Dentro do que é possibilitado pelas atuais condições da malha rodoviária, os portos dão conta do escoamento.

A FIESC elaborou uma série de estratégias para alavancar e melhorar a produtividade dos portos, e apontou como um dos investimentos prioritários a melhoria dos acessos rodoviários e ferroviários. Os dois maiores portos do estado (Itajaí e Navegantes) são também o segundo e quarto maiores portos brasileiros, respectivamente. Mas são os dois únicos do ranking não servidos por ferrovias.

SANEAMENTO BÁSICO

Além das rodovias, merece especial atenção o saneamento básico em SC, um dos piores indicadores a nível nacional. Um dos maiores

gargalos do estado atualmente é a cobertura e tratamento de esgoto. Um estudo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes) constatou que Santa Catarina possui o segundo pior sistema de captação e tratamento de esgoto, atrás apenas do estado do Piauí. Apenas 35 % dos municípios possuem cobertura de coleta e tratamento de esgoto.

Mais de 70% dos catarinenses não possuem acesso à coleta de esgoto.

AEROPORTOS

A concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis à iniciativa privada é um dos maiores cases de sucesso no Brasil. Considerado o mais bem avaliado pelos usuários, a capacidade do novo terminal (com investimento privado) aumentou consideravelmente e é um dos terminais mais modernos em operação.

O estado possui ainda outros vinte e quatro terminais, com administrações municipais, da Infraero ou privadas. Os quatro mais importantes em número de passageiros são: Florianópolis (Floripa Airport), Joinville (Infraero), Navegantes (Infraero) e Chapecó (municipal). O terminal de Navegantes está tendo sua concessão discutida pelo Congresso, e o de Chapecó ainda não entrou no radar de concessão, apesar da sua posição estratégica.

Mesmo diante de tantos desafios, os governos passados pouco fizeram para resolver os problemas estruturais crônicos do estado. Os investimentos, mesmo em ciclos eleitorais, são cada vez mais baixos em relação ao PIB do estado, o que possui relação direta com este indicador, comprometendo a sustentabilidade dele.

Está cada vez mais claro que o governo estadual perde a cada ano a capacidade de investimentos, transferindo para a iniciativa privada todo o ônus das péssimas condições da estrutura sob sua gestão.

TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

O Estado de Santa Catarina permaneceu omissos em relação ao seu dever de realizar a licitação para a concessão do serviço de transporte

intermunicipal de passageiros. Como resultado, em 2018 houve o vencimento do último contrato de concessão vigente. Assim, todas as 967 linhas intermunicipais existentes no Estado estavam com contratos vencidos, mas mesmo sem suporte jurídico, continuaram a ser operadas devido à essencialidade do serviço e a impossibilidade de sua interrupção.

A situação precária e ilegal na qual operam os atuais prestadores do serviço público de transporte é reconhecida pelo próprio ente público titular, pois nunca houve licitação para a sua delegação, muito menos concorrência para garantir a melhor qualidade e preço ao usuário. Nesse sentido, a concessão de segurança jurídica para que as empresas do oligopólio continuem operando blindadas da concorrência não se mostra justa ou razoável, pois não se está tratando de empresas legalmente investidas na condição de delegatárias, mas de empresas que estão a se aproveitar da desídia da Administração Pública para perpetuar uma vantagem empresarial indevida às custas do usuário do serviço público.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Viabilizar as condições para a implementação das demandas de infraestrutura constantes no programa Voz Única da Facisc;
- Estudar a viabilidade de privatizar a gestão da malha rodoviária estadual;
- Estadualizar, para fins de concessão, rodovias e trechos de rodovias federais;
- Articular com o Governo Federal a ampliação da participação da gestão privadas nas rodovias de sua competência;
- Viabilizar a implementação do modelo shortline para concessão de pacotes de rodovias para manutenções;
- Criar um núcleo especializado de acompanhamento dos contratos de concessão e a execução e garantia dos serviços de infraestrutura;

- Agir como um articulador/fomentador na permissão de operação de trechos ferroviários à luz do Novo Marco Ferroviário, em vigor;
- Ampliar a participação privada nos portos e aeroportos estaduais;
- Formar um núcleo de trabalho especialmente para acompanhar a implantação do Novo Marco do Saneamento Básico, a fim de garantir a plena execução dos contratos com as atuais concessionárias e atingir a universalização em 2033;
- Estimular a participação privada na produção e distribuição de energias alternativas;
- Articular com o Congresso a celeridade no processo de concessão dos terminais aeroportuários de SC;
- Fazer a gestão compartilhada de barragens entre estado e municípios;
- Viabilizar a construção e revitalizar acessos entre municípios de Santa Catarina, além da ligação com outros estados;
- Desenvolver plano de rede básica de energia elétrica para atender municípios que sofrem com oscilação de energia;
- Desenvolver, permanentemente, projetos para a contenção de desastres naturais em Santa Catarina;
- Promover ações de acompanhamento para a conclusão do contorno viário da Grande Florianópolis e iniciar projetos para construção de contornos viários em área de grande conurbação;
- Desenvolver plano para que todos os municípios de Santa Catarina estejam adequados ao marco legal do saneamento básico;
- Incluir no plano estadual de educação a capacitação de alunos para prevenção de eventos climáticos ou desastres;

- Concessão de autorização para que as empresas não delegatárias de transporte intermunicipal possam se cadastrar junto à Secretaria de Infraestrutura, propondo e operando novas linhas e/ou horários em linhas já existentes, assinando os termos de compromisso provisórios sob as mesmas condições que serão impostas às atuais delegatárias, exceto quanto ao preço, que poderá ser menor do que o limite estabelecido.
- Realização de Consultas Públicas para verificação da viabilidade de novas linhas e/ou horários em linhas existentes do transporte intermunicipal
- Estimular adoção do 5G em todas as cidades do Estado.

MEIO AMBIENTE

VISÃO DE LONGO PRAZO

Santa Catarina deve ser um estado referência em economia circular, promovendo arranjos e ordenamentos que melhorem a precificação dos serviços ambientais prestados, valorizando as práticas de conservação ambiental a partir de interesses econômicos.

OBJETIVOS

Medir com precisão a prestação de serviços ambientais de SC e estabelecer regras claras e simples para que os agentes possam decidir e agir com respeito aos recursos naturais.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Com clima subtropical e inseridos no bioma mata atlântica, temos em Santa Catarina a ocorrência de florestas e campos. Com mais de 400 quilômetros de litoral, possuímos uma biodiversidade riquíssima e bastante diversificada.

Santa Catarina é um estado produtor de muitos alimentos para o Brasil e para o mundo. Se o Brasil é o celeiro do mundo, boa parte deve-se ao nosso estado. O caráter rural de Santa Catarina também é diferenciado na formação de propriedades rurais, detida em sua esmagadora maioria por pequenos produtores em regime de agricultura familiar.

Essa caracterização tem diversas implicações, sendo uma delas a grande fragmentação das áreas de floresta destinadas a reserva legal, por exemplo. Não há conectividade entre os blocos de reserva legal, o que acaba reduzindo consideravelmente o serviço ambiental para formação de habitats para determinados grupos de fauna.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Criar o SASA - sistema de administração dos serviços ambientais de SC baseado em métricas e indicadores monitorados com frequência;
- Incentivar a conectividade através da criação de corredores e o sistema de créditos de conservação;
- Resolver a expropriação de áreas privadas na criação de UCs, concedendo-as para a iniciativa privada e utilizar os recursos para indenizações;
- Alterar o sistema de outorga de água, viabilizando iniciativas de conservação dos RH em troca de direito de uso;
- Avançar com o licenciamento ambiental de PCHs e CGHs, fontes limpas e renováveis;
- Zerar impostos sobre o biogás facilitar o licenciamento para alternativas a aterros sanitários;
- Recuperação dos recursos hídricos do sul do estado e dos rios no oeste, ciclagem de nutrientes;
- Eutrofização - Conceder áreas para reflorestamento de áreas degradadas para captar créditos de carbono.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O indivíduo é o verdadeiro gerador de riqueza para si e para a sociedade, cabe ao governo aplicar políticas que possibilitem que os indivíduos se desenvolvam e não dependam do governo.

Ao aplicar as políticas públicas precisamos sempre acompanhar os indicadores e analisar o tempo de cada uma delas. Não podemos esquecer da frase: "Nada é tão permanente quanto um programa temporário do governo", Milton Friedman.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Desenvolver um estado onde cidadãos sejam capazes de trilhar seu próprio futuro e que o governo proporcione uma rede de proteção e não um meio de sobrevivência.

OBJETIVOS

Garantir que os programas de assistência social sejam efetivos e eficientes em Santa Catarina, criando uma rede de proteção social que seja capaz de, por meio de políticas integradas, permitir que cidadãos em situação de vulnerabilidade tenham condições de garantir sua própria dignidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

Embora Santa Catarina seja a 6º (sexta) economia do Brasil, nós temos alguns riscos sociais que precisam ser objeto de projetos para redução de problemas que afetam o desenvolvimento mais equalizado do nosso Estado.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Promover parcerias com indústrias para fortalecer o projeto de Banco de Alimentos;
- Elaborar políticas sociais em parceria com as prefeituras para pessoas em situação de rua, buscando sua emancipação econômica;
- Buscar parcerias com entidades sociais para formação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando sua reinserção no mercado de trabalho;
- Promover políticas públicas alinhadas com as estratégias dos governos locais e federal, buscando a captação de recursos para projetos de desenvolvimento social na cidade;
- Promover um cadastro único estadual de cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade;
- Apoiar entidades privadas na realização de ações permanentes no combate a pobreza, a violência e a dependência química, proporcionando maiores chances de adesão, recuperação e reinserção no convívio social;
- Buscar parcerias para proporcionar uma janela de saída para os beneficiários do Auxílio Brasil no Estado;
- Priorizar ações da Polícia Militar e da Delegacia da Mulher, além de apoiar entidades de suporte às mulheres vítimas de violência doméstica.
- Instituir um Plano Municipal da primeira infância, com acompanhamento sociais das crianças em situação de vulnerabilidade até a pré escola;
- Instituir, em parceria com políticas públicas dos governos locais e federal, o plano de Reordenamento para atendimento à população em situação de rua;
- Proporcionar um sistema de informação que mapeie e

identifique as áreas de maior propensão das vulnerabilidades e riscos sociais;

- Fortalecer os vínculos com as associações municipais para ser um braço da assistência social;
- Fortalecer as políticas de promoção de bem estar e proteção da pessoa idosa;
- Fortalecer as políticas de promoção de bem estar e proteção de portadores com necessidades especiais;
- Promover a regularização fundiária em parceria com os municípios;
- Integração de políticas públicas de educação e saúde junto à assistência social.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

A cultura é um ativo importante de uma sociedade, dessa forma buscaremos desenvolver junto com os catarinenses e parcerias público-privada o acesso mais eficiente e econômico à cultura.

VISÃO DE LONGO PRAZO

Ser o estado com a melhor qualidade de vida do Brasil, com um território onde as pessoas possam desenvolver suas atividades econômicas, culturais, esportivas e de lazer.

OBJETIVOS

Proporcionar a formação da cidadania e prevenção da saúde por meio de projetos nas áreas de lazer, cultura e esportes em todas as regiões de Santa Catarina.

CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

A promoção da Cultura, Esporte e Lazer são importantes instrumentos para elevar a qualidade de vida de uma cidade, estado e país, criando maior identidade dos moradores com a sua região, fortalecendo a própria cultura local e proporcionando maior sensação de pertencimento ao território.

Mas, como não são atividades consideradas essenciais para a administração pública, tal qual educação, saúde e segurança, elas acabam delegadas em segundo plano, ou com projetos transversais executados dentro das áreas consideradas essenciais.

Importante conscientizar que atividades e equipamentos de Cultura, Esporte e Lazer são importantes instrumentos para prevenção de problemas de saúde, contribuem também para melhorar o desempenho da educação e para reduzir os índices de violência urbana.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, mais recentemente, foi aprovada a lei que institui a bolsa-atleta estadual, visando garantir a manutenção pessoal aos atletas de alto rendimento no estado. O programa dá as condições necessárias para que eles se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam representar nosso estado.

As principais competições esportivas do estado são organizadas pela Fundação Catarinense do Esporte (Fesporte), com o calendário de eventos envolvendo todas as regiões de Santa Catarina. Nesse cronograma, é extremamente importante dedicar o investimento estadual em infraestruturas esportivas nas cidades, principalmente trazendo condições para que nossos jovens tenham oportunidade de praticar as diversas modalidades esportivas desde a escola, sobretudo para que Santa Catarina não perca talentos pela falta de estrutura. Esse trabalho deve ser de longo prazo, na formação da base, só assim teremos resultados concretos e contínuos no segmento.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Atrair investimentos em edificações destinadas a práticas culturais através de parcerias público-privadas;
- Prospectar e credenciar empresas de Santa Catarina capazes de participar das leis de incentivo a cultura e esportes;
- Estimular a promoção cultural e esportiva nas comunidades por meio de conselhos, associações e grupos de cultura e esporte, com apoio do Governo do Estado para captação de fomento para estas atividades;
- Fortalecer equipamentos de promoção de esporte nas áreas cobertas pelos CRAS e CREAS;
- Estudar a possibilidade de editais para concessão de áreas de lazer, com a garantia de uso do espaço público para projetos sociais de cultura e esporte;
- Promover maior integração entre Alunos, Pais e Professores no uso dos centros educacionais para práticas de esporte, cultura e lazer nos finais de semana;
- Promover concursos culturais nas escolas estaduais, além de estímulo aos alunos no desenvolvimento desportivo.

Novo 30

PLANO DE GOVERNO

SANTA CATARINA
2023 – 2026



GOVERNADOR **30**
TRAMONTIN

VICE
ALTHOFF